



## RESENHA

COUTO, Hildo Honório do. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. 1 ed. Campinas: Pontes editores, 2021.

Resenhado por Mario Luis Monachesi Gaio (Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico da Universidade Federal Fluminense– LABPEC-UFF)

Quando fui convidado pelo prof. Hildo para resenhar "A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG)" não podia imaginar o quão agradável seria. A leitura dessa obra é prazerosa, instigante e muitas vezes emocionante, e isso é notável num trabalho eminentemente científico.

As emoções já começam no prólogo da Prof.<sup>a</sup> Dra. Teresa Moure, da Universidade de Santiago de Compostela, na Galiza. Ela nos conta sobre a utópica cidade de Libertária, onde "não existem relógios nem festas de aniversário porque ninguém deseja impor um ritmo à passagem dos minutos". Aliás, "em Libertária ninguém fala inglês; talvez porque lá morem apenas pessoas caladas, concentradas em escutarem a terra". Não me estendo, espero que este pequeno trecho sirva como aperitivo.

Passando à obra propriamente dita, faço uma breve, mas importante, observação inicial. Há uma clara e manifesta marcação de posição da Linguística Ecossistêmica (doravante LE) no âmbito dos estudos linguísticos, sobretudo em contraposição à Sociolinguística Variacionista e ao Gerativismo. Embora possa aparentar um certo tom crítico a essas outras vertentes, na verdade o que há é a intenção de apontar as diferenças que as separam e delimitar o território de estudo e investigação da LE. O prof. Hildo salienta em diversos momentos que a abordagem presente neste livro observa a linguagem de Major Porto e a linguagem rural em geral pelo que elas efetivamente têm, e não pelo que a linguagem urbana e estatal têm e ela não, que é a visão da Sociolinguística Variacionista.

Pela importância dada à necessidade humana de nomear as coisas, quase todos os capítulos tratam de questões lexicais, mas o livro aborda outros planos da língua também. Embora o livro seja composto por trabalhos já publicados separadamente, e aqui revistos e atualizados em formato de livro, recomendo a leitura na sua ordem normal para que se compreenda o seu todo de forma abrangente. A seguir, relato minhas impressões sobre cada capítulo.

O capítulo 1 – Bases teóricas – é autoexplicativo. O autor apresenta suas premissas e o arcabouço teórico da LE, o ramo brasileiro da Ecolinguística. Como menciona o prof. Hildo, "alguns capítulos podem parecer um tanto técnicos para o leigo" (p. 18). Porém, como ele mesmo crê e eu endosso, o leigo, com algum esforço e com atenção às bases teóricas, compreenderá bastante bem o conteúdo de livro.

O livro começa efetivamente no capítulo 2 – A comunidade de fala da Fazenda Capivarinha, que me é particularmente caro e sobre o qual me sinto bem à vontade para comentar. Publicado em 2016 com o título de "A comunidade de fala da Fazenda do Zé Artino" (<https://meioambienteelinguagem.blogspot.com/2016/02/a-comunidade-de-fala-fazenda-do-ze.html>), o texto foi revisto, ampliado e republicado na revista *ECO-REBEL* no mesmo ano sob o novo título de "Comunidade de fala revisitada" (<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690/8558>). Ambos os textos foram de fundamental importância para os meus estudos de doutoramento porque me fizeram enxergar que a comunidade de fala por mim estudada na época, urbana e de imigração, seria muito mais bem aproveitada se fosse analisada sob os preceitos da LE e seu arcabouço teórico.

A introdução a esse capítulo já apresenta um importante preceito da LE, a diferença entre Comunidade de Fala (CF) e Comunidade de Língua (CL) e, conseqüentemente, a definição que a LE apresenta para CF, em oposição a CL. Este é o objeto do capítulo.

Após a apresentação da CF da Fazenda (do Zé Artino, mas frequentemente chamada somente de Fazenda), o autor explicita os componentes da tríade básica do Ecosistema Linguístico, quais sejam seu Território, sua População e sua Língua. A partir desse ponto, o prof. Hildo mostra como se chega a uma efetiva interação comunicativa a partir do primeiro passo necessário, a comunhão, um encontro de pessoas com uma mínima vontade de interagir comunicativamente. Aproveita esse conceito para também falar sobre desconunhão, conceito oposto, que acontece quando há um encontro de pessoas, mas não há interesse na interação. O passo que segue a comunhão é a comunicação, ou seja, as pessoas tentam se falar umas com as outras. É a interação organismo-organismo da Ecologia. Posteriormente, fala-se da interação pessoa-mundo, que é chamada significação. É o passo seguinte à comunicação, uma vez que as pessoas, para interagirem comunicativamente, precisam de referências. Tudo isso é apresentado com exemplificações da linguagem típica da CF Fazenda, com ditados, provérbios, dísticos e historietas narradas e conhecidas pelos habitantes da localidade.

Já no fim do capítulo, o prof. Hildo disserta sobre as inter-relações entre esses três tipos de interação – Comunhão, Comunicação, Significação – para apresentar o conceito de Ecosistema Cultural, que é mais abrangente do que o Ecosistema Linguístico uma vez que engloba elementos culturais não abrangidos pela Língua.

O capítulo 3 – Nomes de lugares: a microtoponímia na interação pessoa-pessoa e pessoa-mundo – discute a toponímia da região onde se situava a CF da Fazenda. Diz-se MICROtoponímia por, justamente, se tratar de uma área relativamente pequena e de interesse semântico apenas dos habitantes da localidade. É a microtoponímia local que dá referência geográfica aos habitantes da região onde localiza a Fazenda. O capítulo é muito importante para reflexão, pois a partir dessa identificação microtoponímica o leitor pode abstrair e entender a sua própria CF e os nomes dados às suas referências de localização, mesmo em ambientes urbanos. Quando criança, meus amigos e eu costumávamos brincar em uma rua onde havia um barranco alto e íngreme, mas que era escalável com pequenas aberturas cavadas na sua terra argilosa. Pois aquele local passou a ser chamado por nós de "escalamento". Esse termo só fazia sentido para a nossa CF, cujos membros eram alguns garotos na pré-adolescência. Havia outras referências mais transparentes, como por exemplo "terreno baldio", que para qualquer outro falante de variedades da língua portuguesa tem sentido genérico, mas para nós era um único terreno que nos dava referência geográfica bem específica.

A microtoponímia apresentada aqui pelo autor é bem específica da CF da Fazenda, mas vai além: há diversos elementos de hidronímia, fitonímia, zoonímia e antroponímia, o

que enriquece muito o capítulo (e o livro como um todo). Para não me estender muito, exemplifico a importância desse capítulo.

Como sabemos, na LE a CF pode ser delimitada pelo investigador, de acordo com o que pretende investigar. No núcleo familiar da Fazenda há uma CF e essa tem suas referências de localização que fazem sentido somente entre seus membros. Assim, uma pequena árvore que se destaca é denominada pela CF de *arvinha*, e isso basta para se saber do que se trata. Não há necessidade de outra especificação. Quando a CF delimitada é ampliada, passando a incluir outros moradores da região, há maior necessidade de especificação das referências geográficas porque pode haver mais elementos similares. Por exemplo, nessa região há mais de um córrego. Assim, para que haja entendimento, a CF os discrimina com referências conhecidas por todos. Mesmo sem ter nomes, os córregos eram identificados por outras referências: *nosso corguinho*, *corgo da Capivarinha*, *corgo dos batata*, *corgo dos Miguel* são topônimos criados pelos membros da CF e perfeitamente compreendidos, mas para um indivíduo externo à CF não é suficiente como referência, da mesma forma que o termo *corgo sozinho* não dá conta de satisfazer as necessidades comunicativas da CF do núcleo familiar da Fazenda.

Como a CF da Fazenda não existe mais, essa microtoponímia não faz mais sentido pelos atuais habitantes da região, mesmo ainda existindo.

O capítulo 4 – Nomes de pessoas: apelidos – estende a compreensão da identificação das pessoas dentro de uma CF. O nome de registro de um indivíduo interessa à CL e nem sempre corresponde ao nome de identificação desses mesmos indivíduos dentro de uma CF. Os apelidos são a forma como os membros de uma CF identificam as pessoas, são bem mais específicos do que o nome de registro e é sobre isso que o prof. Hildo discorre neste capítulo.

Muitos apelidos são dados por profissões ou características físicas pessoais. Também, podem ser dados pela relação filial, geralmente o pai (Zé DO Artino, Fulano DO Beltrano). Foi exatamente dessa maneira que surgiram os sobrenomes familiares ao longo do tempo. A necessidade de identificar as pessoas para além de seus nomes de batismo inspirou a ideia de associá-las aos seus ofícios, à sua origem, a seus pais ou mães. Há outros motivos para a apelidação, um deles a simples redução de um nome longo a algo mais simples, por assim dizer, como é o caso de José para Zé e Francisco para Chico. Em outras palavras, o que quero salientar é que, mais uma vez, a forma como a LE enxerga as variedades linguísticas demonstra seu caráter holístico, pois o que normalmente é visto como uma lacuna (ou pobreza) em variedades rurais não passa de um processo usado em toda e qualquer língua, seja ela mais ou menos prestigiada. Toda língua nomeia seres e coisas e quando há necessidade de especificação, os falantes são suficientemente criativos para encontrar meios de fazê-lo. No fim das contas, o sobrenome oficial surge a partir da criatividade do falante comum por uma necessidade linguística. Gramaticalmente, o sobrenome é um adjunto adnominal.

Dos nomes das pessoas passamos aos nomes de animais domésticos, o tema do capítulo 5, que, embora trate principalmente da onomástica relativa aos animais da fazenda, é importante fonte esclarecedora da relação entre a ecologia e a LE. Como aponta o autor, existem dois tipos de ecossistemas na ecologia, a sociedade biológica e a comunidade biológica. O primeiro consiste em seres vivos da mesma espécie e o segundo (biocenose) é "formado por seres vivos de diversas espécies que coabitam determinado território". Como se percebe, ecossistema da Fazenda é do segundo tipo. Os humanos interagem com os animais de forma bastante diferente das interações entre humanos.

Neste capítulo há mais perguntas do que respostas, pois parece não haver lógica nos nomes dados aos animais, e nem há motivos aparentes para que alguns tipos de animais não tenham nomes específicos, como galinhas e porcos. Porém, compreende-se que, sendo a

economia da Fazenda baseada praticamente no gado leiteiro, todas as muitas vacas sejam identificadas por nomes próprios.

Saltamos para os nomes de plantas e etnomedicina, assunto do capítulo 6. Aqui o autor apresenta a cultura popular que emerge dos ecossistemas linguísticos, que, lembremos, é parte dos ecossistemas culturais. É uma versão reelaborada de parte de outra publicação do mesmo autor, de 2007<sup>1</sup>.

O prof. Hildo discorre sobre uma classificação, elaborada por ele mesmo, de diversas plantas locais. O grande interesse desse capítulo, a meu ver, é a evidência da relação entre língua e meio ambiente, a partir do momento em que se observa que "só recebem nomes as plantas com as quais os membros da comunidade local interagem de alguma forma, portanto, têm necessidade de falar sobre elas". Em outras palavras, é a manifestação da interação organismo-habitat do ecossistema biológico, que no ecossistema linguístico se dá pelas referências ao que há no território, e que mostram que os humanos talvez tenham um modo próprio de classificá-las em úteis ou inúteis, sendo as primeiras aquelas que têm algum interesse para a comunidade local, mesmo que esse interesse seja negativo, como as plantas venenosas.

Como mencionamos, o capítulo também trata da etnomedicina. Para isso, o autor lista uma série de plantas e suas propriedades curativas, algumas delas bem conhecidas em outros lugares do Brasil e outras conhecidas somente na localidade. Por fim, e apenas por conta da relação medicinal, o autor menciona brevemente alguns tratamentos curativos de origem animal. Para mim, particularmente, a citação da banha de galinha como remédio para gripe, a partir de um levantamento feito em uma comunidade do interior da Bahia chamou a atenção. Pela segunda vez na minha vida me deparei com esse elemento de origem animal relacionado a um uso não culinário. Meu pai, um grande observador do comportamento humano sem nenhum vínculo formal com pesquisas científicas, sempre que via alguém com os cabelos excessivamente engomados (na época se usava um produto chamado glostora, uma marca de brilhantina, o avô do gel) falava que essa pessoa tinha passado banha de galinha sem sal. Era uma crítica jocosa a quem tinha mal usado um produto que ainda por cima era de baixa qualidade.

O capítulo 7 deixa o léxico e parte para a análise da comunicação humano-animal numa fazenda de Major Porto. Afirma o autor que esse tema, a interação humano-animal, é pouco ou nada explorado no Brasil. Certamente a LE é a disciplina adequada para estudos desse gênero, até pelo seu caráter multimetodológico e multidisciplinar.

Antes de entrar no tópico, o prof. Hildo traça um breve panorama da economia local e observa que a fazenda onde foram colhidos os dados, próxima à comunidade denominada Capelinha do Chumbo, está, nesse sentido, mais próxima à Idade Média do que à contemporânea. Ele nos mostra que não houve avanço tecnológico e produtivo na região, as famílias continuam a trabalhar para a própria subsistência, mais de 400 anos depois do fim daquele período histórico, no qual toda a produção não era encarada como mercadoria, não havia troca, escambo ou similar.

O autor descreve os tipos de sons e expressões usadas para cada animal que fazia parte do ecossistema da fazenda, incluindo os passarinhos, mesmo que não fossem estes exatamente domésticos. Essas formas de comunicação são classificadas em cinco<sup>2</sup> tipos, a saber: chamamento; afugentamento; estímulo; ordem de parar; ordem de "segurar" (o carro de boi). Com base nos sons, entonação e na classificação, o prof. Hildo aborda o tema sob diferentes perspectivas e salienta que "o fato mais importante é que os humanos são **a parte**

---

<sup>1</sup> COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007

<sup>2</sup> O texto cita seis tipos de mensagens, mas há apenas cinco listadas. Trata-se possivelmente de falha da revisão.

**ativa da interação**" (grifo meu), ou seja, a comunicação humano-animal é assimétrica. Como esse tipo de comunicação surgiu a partir das necessidades humanas, os animais sempre foram parte dos meios de produção, instrumentos de apoio para que se obtivesse os produtos de suas necessidades.

No capítulo 8 – A memória e a existência da comunidade – há uma mudança de foco. Seu próprio título já mostra a que veio: o ecossistema mental da língua. Após um breve histórico da cronologia político-administrativa da localidade, o autor perpassa tudo aquilo que faz parte de um ecossistema linguístico-cultural. Com isso, nos faz perceber que ecossistemas se transformam ao longo do tempo. Por óbvio, acontece com os ecossistemas linguísticos também. Os apelidos dados às pessoas da comunidade, os topônimos, os nomes dos animais, das plantas, tudo isso faz sentido em uma determinada época, mas tende a não significar nada para os novos ocupantes do território, uma vez que a sua memória não estará mais ligada ao que houve no passado. Como mencionado pelo autor, "apelidos são parte da identidade das comunidades de fala" (p. 113). Vale dizer que uma CF constituída na década de 40 do século XX não é a mesma na década de 10 do século XXI. Elementos culturais que podem ser transmitidos entre gerações podem ser mantidos, tais como as experiências medicinais e culinárias de certas plantas da região, mas as referências geográficas e toponomásticas se perdem.

A respeito de mudança de território e à guisa de ilustração, retomo o comentário do prof. Hildo na introdução ao livro, acerca de "uma linguagem e uma cultura que estão desaparecendo no bojo do processo de nivelamento que está tomando conta do mundo inteiro" (p. 17) e dou um exemplo pessoal, acontecido pouco mais de 10 anos atrás, quando construíram o primeiro grande Shopping Center na cidade onde moro. Uma colega de trabalho comentou que dentro do Shopping nem parecia que ela estava na mesma cidade, numa crítica à paisagem urbana local e aos hábitos e costumes da população. Eu dei razão a ela, mas por um viés diametralmente oposto à sua intenção. Não parecia mesmo, parecia com qualquer outro lugar do mundo. Os Shopping Centers não têm identidade local, são territórios pasteurizados. Seja no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte, Nova York, Buenos Aires, Londres, Juiz de Fora ou Patos de Minas eles são desesperadoramente iguais, até mesmo na toponímia!! Piso 1, piso 2, praça de alimentação, Lojas, salas de cinema, quiosques... Até a pipoca do cinema é insossamente igual.

Repito mais uma vez o prof. Hildo: não se trata de saudosismo. É mera observação da realidade. O presente que o autor nos dá com esse livro tão gostoso de ler nos ajuda a enxergar melhor essas realidades, uma espécie de imperialismo cultural a que estamos submetidos, seja do estrangeiro para o Brasil, ou dentro do próprio país, das grandes metrópoles para o interior.

Aspectos culturais locais vão perdendo suas características em nome de uma modernidade nem sempre natural. É evidente que as CF mudam ao longo do tempo e como aponta o autor nesse capítulo, a tratada por ele já não existe mais. Entretanto, pressões e imposições econômicas às vezes mudam um território de forma tão drástica que nem mesmo as pessoas que ainda estão em vida reconhecem mais o lugar como antes.

O Capítulo 9 – Narrativas orais – é um trabalho acadêmico por si só. É precioso porque fornece arcabouço teórico para diversas pesquisas que explorem narrativas como objeto. O seu grande objetivo é mostrar que as falas espontâneas, sobretudo na linguagem rural, não são caóticas como podem parecer. Ao contrário, apresentam organização na forma e no modo como são produzidas porque a elas subjaz uma organização formal pelo fato de que os interlocutores têm conhecimento da linguagem de sua comunidade e esse conhecimento inclui a capacidade comunicativa.

Trata-se basicamente de um estudo de caso e a própria estrutura do capítulo, dividida em subcapítulos, já demonstra que é um trabalho bem completo e suficientemente profundo

para o seu objetivo geral e, como já disse, pode servir de base teórica para investigações de qualquer natureza, desde que tenham as narrativas como objeto. Como se trata de uma pesquisa sobre "estrutura" (ou organização narrativa, como prefere justamente o autor)<sup>3</sup>, há comparações interessantes com os estudos de Gramática Gerativa e uma marcação de posição da LE nesse sentido.

As narrativas são analisadas sob o ponto de vista da LE, mas antes de encerrar o capítulo, o autor apresenta ao leitor a ADE – Análise do Discurso Ecolinguística e mostra como essas narrativas poderiam ser também estudadas sob essa perspectiva. É um enriquecimento ao trabalho como um todo que o torna ainda mais interessante como fonte teórica de investigações outras.

Chama a atenção que a morfossintaxe nas narrativas se assemelha muito ao modo de falar da zona rural da minha cidade, distante mais de 600 Km de Patos de Minas, embora estejam no mesmo estado, Minas Gerais. Isso evidencia dois fatos: a língua rural brasileira tem grande semelhança, como bem observado pelo prof. Hildo na página 54; a divisão política de municípios, estados e países é arbitrária e não necessariamente se importa com as afinidades culturais e linguísticas das sociedades para determinar onde começam e terminam.

As mininarrativas dadas como exemplo poderiam ter sido contadas na zona rural próxima de onde vivo, salvo naturalmente as peculiaridades do território, que tornam os ecossistemas linguísticos únicos. O que quero frisar é a semelhança da organização da narrativa da língua falada.

Para encerrar, o capítulo 10 – Conclusões – apresenta um resumo bem sucinto de tudo o que foi falado nos nove capítulos anteriores.

Como bem se nota nesse livro, o território é fundamental para a existência de uma CF e esse território tem características próprias, intrínsecas a ele, que servem de referência para os membros de uma CF interagir comunicativamente. Quando essas referências desaparecem, ou mudam drasticamente, a tendência é a CF desaparecer também, pela igualmente drástica transformação da sua linguagem. Sem referências, a língua passa por um processo de pasteurização, tendendo a igualar-se e a perder suas peculiaridades em favor da língua majoritária, que se impõe geralmente pela mídia. Assim, "carteira de identidade" vira "RG" e o aberto "rolé" se transforma no fechado "rolê", mesmo na minha variedade. Quarenta anos atrás, ninguém na minha cidade sabia o que era um RG, posso garantir. São exemplos simples, mas que têm relação direta com um fenômeno linguístico muito criticado por todas as parcelas da sociedade: a interferência de estrangeirismos na língua. Porém, pouco ou nada se fala da interferência de estrangeirismos intralinguísticos nas diversas variedades da mesma língua.

O epílogo, de autoria do prof. Pere Comellas-Casanova, da *Universitat de Barcelona, Catalunya*, nos brinda com um texto em catalão no qual reafirma que "*aquest llibre no és un exercici de nostàlgia (...) perquè la nostàlgia és el contrari de l'enfocament ecolinguístic i diversòfil en què es basa*", isto é, não se trata de uma obra de propósito saudosista porque a nostalgia é estanque e a ecolinguística celebra a diversidade.

Encerro essa resenha com uma forte recomendação e um convite à leitura do livro. Toda e qualquer pessoa interessada em estudos de linguagem de qualquer vertente, mas mais especialmente aquelas que adotaram a Ecolinguística e a LE como linha de pesquisa devem ler essa obra tão apaixonante.

<sup>3</sup> A LE preconiza a expressão "organização da narrativa" em vez de "estrutura narrativa". Cf. p. 127 do livro.